

VIVÊNCIAS KALUNGAS E O CERRADO

Cartografia da resistência

KALUNGA EXPERIENCES AND THE CERRADO
Cartography of resistance

Fabiana Melo dos Santos¹

Resumo

Este artigo desenvolve uma cartografia contra-hegemônica da Chapada dos Veadeiros com objetivo de visibilizar práticas de existência e permanência da comunidade quilombola Kalunga. A pesquisa adota uma metodologia inspirada nas cartografias sensíveis, integrando observação participante, escuta ativa e registro das técnicas construtivas e agrícolas locais, articulando conceitos de multiterritorialidade, biointeração e pós-humanismo. Fundamentada nos debates de Krenak (2017), Nego Bispo (2007) e Cançado (2017), essa abordagem recusa o distanciamento científico convencional e posiciona o pesquisador como parte do território investigado. Os resultados mostram que o povo Kalunga atua como guardião ambiental da Chapada, mantendo práticas de manejo, cultivo e construção profundamente ajustadas ao clima e ao ecossistema local. A cartografia produzida evidencia que reconhecer e fortalecer esses saberes é crucial para a preservação ambiental e aponta para a necessidade de políticas públicas que dialoguem com as metodologias, técnicas e racionalidades da comunidade, em vez de impor modelos externos e inadequados.

Palavras-chave: Kalungas; Chapada dos Veadeiros; cartografia; território; quilombolas; arquitetura.

Abstract

This article proposes a counter-hegemonic cartography of the Chapada dos Veadeiros, with the main objective of making visible the lived experiences of the Kalunga quilombola community, fostering reflections on this territory and its relationship with the bodies that inhabit it across different times and scales. The research articulates concepts of multiterritoriality, biointeraction, and post-humanism, highlighting how the Kalunga people act as guardians of the territory through subsistence agricultural practices, traditional construction techniques, and relationships of coexistence with the environment. The study underscores the importance of recognizing Kalunga territories as a strategy for environmental preservation and for valuing ways of life that resist the extractivist logic that has shaped the history of the Chapada. The debates brought by Ailton Krenak (2017), Nego Bispo (2007), and Wellington Cançado (2017) were fundamental to this endeavor.

Keywords: Kalunga; Chapada dos Veadeiros; cartography; territory; quilombola; architecture.

¹ Arquiteta e urbanista pela FAU UFRJ. E-mail é melofabiana1724@gmail.com



Prólogo

Em uma visita a Chapada em 2016, conheci seu Joseli, um guia Kalunga de 60 anos de idade. Retornei outras quatro vezes, três com olhar direcionado a produção desse trabalho em 2020, 2021 e 2022. Durante as trilhas feitas nessas viagens, Joseli relatou várias histórias sobre sua vida e comunidade, além de me instruir sobre várias plantas e características do cerrado, o que me possibilitou conhecer aquela lógica de habitar e perceber sua relação de respeito e integração.

A definição de um recorte temporal preciso para a elaboração deste projeto revela-se complexa, uma vez que minha relação com o território em questão remonta à infância, marcada por viagens familiares. Desde então, a estrada se tornou um dos principais gatilhos da minha produção: observar, pela janela do carro, a paisagem do cerrado gradualmente substituída pela monocultura provocava em mim sentimentos de raiva, revolta e medo de que, em algum momento, esse bioma desaparecesse por completo. Minha pergunta inicial — *por que ninguém fala sobre isso?* — orientou uma primeira fase de trabalho, ainda ancorada em análises distanciadas, levantamento de dados e identificação dos conflitos ambientais existentes.

Uma análise de implicação

Em 2016, realizei uma viagem com minha mãe e minha irmã à Chapada dos Veadeiros. Naquele período, minha irmã enfrentava um grave problema renal que comprometia sua mobilidade, sem, contudo, reduzir seu desejo de retornar a um lugar que associava ao conforto e à vitalidade. Foi nessa ocasião que conhecemos Seu Joseli, que atuou como nosso guia. As trilhas, prolongadas pelas limitações motoras de minha irmã, exigiam pausas frequentes; Seu Joseli acolheu essas necessidades com cuidado e compartilhou conosco sua própria experiência de doença renal, que quase lhe custara

Figura 1 - Mão pressionando uma folha de patá de onça sobre o solo. Fonte: A autora. 2021.

a vida. O tempo estendido dessas caminhadas possibilitou conversas longas e a formação de um vínculo significativo. Foi também nesse contexto que ele começou a relatar aspectos da vida comunitária e da relação dos moradores com o cerrado, despertando em mim um interesse profundo pelo território.

Percebi, na comunidade Kalunga, uma forma de habitar e interagir com o território diametralmente oposta àquela observada ao longo das estradas dominadas pela monocultura.

Em 2020, decidi desenvolver meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre essa região. Minhas abordagens metodológicas iniciais consistiram na produção de mapas e na documentação dos diferentes conflitos ambientais. Elaborei diversos mapas utilizando o Sistema de Coordenadas Datum SIRGAS 2000, com dados do ICMBio, FUNAI, INEP e Fiocruz. Contudo, percebi que, assim como muitos arquitetos, eu observava o território “de cima”: meus mapas enfatizavam aspectos negativos e conflitos, reproduzindo o olhar indignado que eu carregava desde as viagens pela estrada. Eles não captavam o que eu havia encontrado nas conversas com Seu Joseli — uma relação afetiva, produtiva e complexa com o ambiente.

Retornei à Chapada no final de 2020, levando instrumentos científicos de documentação — câmera, gravador, microfone, lápis e papel. Entrevistei Seu Joseli em um espaço próximo à comunidade, elaborando perguntas e registrando informações. No entanto, rapidamente percebi que o material produzido não correspondia às conversas espontâneas das trilhas, nem revelava a profundidade da relação dele com o território. A postura científica e performativa introduziu um distanciamento improdutivo para a análise que se pretendia implicada no território.

Voltei em 2020 e permaneci uma semana na região, realizando algumas visitas às comunidades e documentando métodos construtivos, infraestruturas e características territoriais. Ainda assim, sentia que havia perdido algo essencial.

Em 2021, retornei à comunidade buscando uma nova abordagem. Dessa vez, propus-me a estar no território de modo mais aberto, permitindo que as narrativas de memória emergissem naturalmente. Hospedei-me na casa de Nathalia — amiga de Seu Joseli — e optei por não definir interlocutores de antemão, permitindo que esses encontros surgissem do convívio cotidiano. Somente após o estabelecimento de vínculos eu apresentava minha pesquisa e propunha caminhadas para aqueles que demonstrassem interesse em participar. Orientada pela noção da análise de implicação, proposta por Lourau, me permiti encontrar novas metodologias de pesquisa (Lourau, 1995), que envolvessem sobretudo a minha participação ativa na definição dos instrumentos possíveis à observação.

Durante as caminhadas realizadas conjuntamente, as conversas sobre o território emergiam de forma espontânea. Relatos sobre as casas, os materiais utilizados, os cultivos, as lógicas de ocupação e, sobretudo, as dimensões afetivas do vínculo com o lugar, permeavam nossas conversas. Conheci casas favoritas, árvores significativas e histórias associadas a pontos específicos da comunidade.

Percebi que gravadores e anotações produziam novamente distanciamento. Decidi, então, abrir mão desses recursos e registrar apenas com a câmera os percursos realizados. Ao final de cada dia, no quarto onde eu me hospedava, dedicava-me a desenhar e registrar tudo o que havia aprendido. Com o tempo, percebi que a própria câmera também criava certa barreira. Passei, então, a entregá-la às pessoas durante as caminhadas, explicando apenas como acionar o botão de registro. Isso porque, a despeito das limitações apresentadas pelos instrumentos tradicionais de pesquisa,

era preciso documentar o processo fundamental na construção do meu projeto de pesquisa científica.

Com esse gesto, narrativas de memória emergiram de forma ainda mais potente. As imagens produzidas pelas próprias pessoas destacavam elementos relevantes para elas, como os grafites de anciões importantes, casas antigas, construções com técnicas tradicionais, plantações, frutos típicos, animais, amigos, alimentos, a primeira casa da comunidade, instrumentos feitos com recursos naturais, e até o processo de construção de um restaurante.

Ao longo de cerca de duas semanas de convivência, pude conhecer diversas pessoas de modo gradual e orgânico, realizar múltiplas caminhadas e propor desenhos coletivos. Esses desenhos, sempre relacionados às narrativas das caminhadas, eram sugeridos posteriormente e serviam para registrar casas dos pais, áreas de plantio, dinâmicas de uso do território e relações com os rios. Em alguns casos, na ausência de cores, utilizávamos a própria terra para marcar o papel.

Conforme destacam os autores do estudo sobre cartografias sensíveis na cidade, o método da cartografia tem atravessado a maior parte das pesquisas do grupo desde 2011. Eles apontam que aquilo que chamam de *cartografia sensível na cidade* resulta da sobreposição de três planos teórico-metodológicos: a cartografia derivada da filosofia e da psicanálise; a cartografia social, vinculada à geografia; e a cartografia urbana, relacionada ao urbanismo e às artes (Rocha, et al, 2017). Esses três campos, ao se entrecruzarem, compõem a gênese metodológica mobilizada pelos autores.

Os autores lembram que a noção de cartografia, tal como formulada por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (1980), não remete a mapas convencionais, mas a dispositivos para acessar trajetos, devires e modos de experimentar o real. Eles reforçam que o método ganha força especialmente nas pesquisas de campo voltadas à subjetividade (como mostram Kastrup, 2007; e Kirst, Giacomel, Ribeiro, Costa & Andreoli, 2003), nas quais os princípios cartográficos servem de suporte para compor planos imanentes e identificar suas rupturas. Assim, a cartografia que buscam operar procura responder às demandas da contemporaneidade, abordando problemáticas de temporalidades recentes e tensionando territórios que se atravessam e se afetam mutuamente.

Sabe-se que nossos territórios, inclusive o cerrado, são permeados por lógicas colonialistas que levam a um processo de devastação da biodiversidade dos ecossistemas e também das relações sociais apagando vivências, e formas de vida tradicionais.

Desta forma, optei por fazer uma análise das práticas e saberes kalungas para compreender e comparar as relações que se estabelecem no território, de forma a legitimar e evidenciar a resistência e vivência dos povos tradicionais kalungas no cerrado, ampliando a percepção que Joseli havia me proporcionado.

A região em questão possui uma imensa riqueza socioambiental. Nesta, há delimitação de importantes áreas de preservação, com o objetivo de conservar a biodiversidade do cerrado, que é hoje, proporcionalmente, um dos biomas mais devastados do país (MapBioma, 2020). Além disso, esta área sofre com mineração ilegal, invasão de terras demarcadas e queimadas criminosas.

A travessia começa na GO-118, principal via de acesso do território, refletindo a lógica rodoviarista em que esse país se fundamenta. As estradas, progressivamente engolidas por extensas plantações de monocultura, despertam a percepção que vai de encontro com reflexões do pesquisador Paulo Tavares (2017), em sua obra “Nas Ruínas da

Floresta”, evidência que a concepção de designer herdada da modernidade ocidental nasce de uma lógica de destruição. Sobre o tema, Tavares afirma: “O mito da fundação de Roma diz que a cidade foi construída em uma clareira escavada na densa silva: cortar e queimar árvores foi a primeira forma do design humano” (Tavares, 2020, p. 110). Essa perspectiva está relacionada a uma lógica colonialista.

Lógica essa que prospera nesse país, resultando em uma sociedade em que florestas e savanas são compreendidas apenas como fonte inesgotável de recursos. Reconhecidos em 2021 pela ONU como TICCA - Territórios e Áreas Conservado por Comunidades, os Kalungas habitam o cerrado exercendo práticas em sintonia com a terra, como: métodos de cultivos que não esgotam o solo, construções com materiais que causam baixo impacto para o meio, entre outras.

A partir dessa íntima relação com o cerrado, são extraídos itens de subsistência tais quais: plantas medicinais, alimentos, lenha e matéria prima para a feitura de sabão e construções. Estabelece-se, assim, uma relação de respeito e harmonia com a terra, baseada em práticas ancestrais, que coloca em outros termos a relação entre sujeitos humanos e não-humanos.

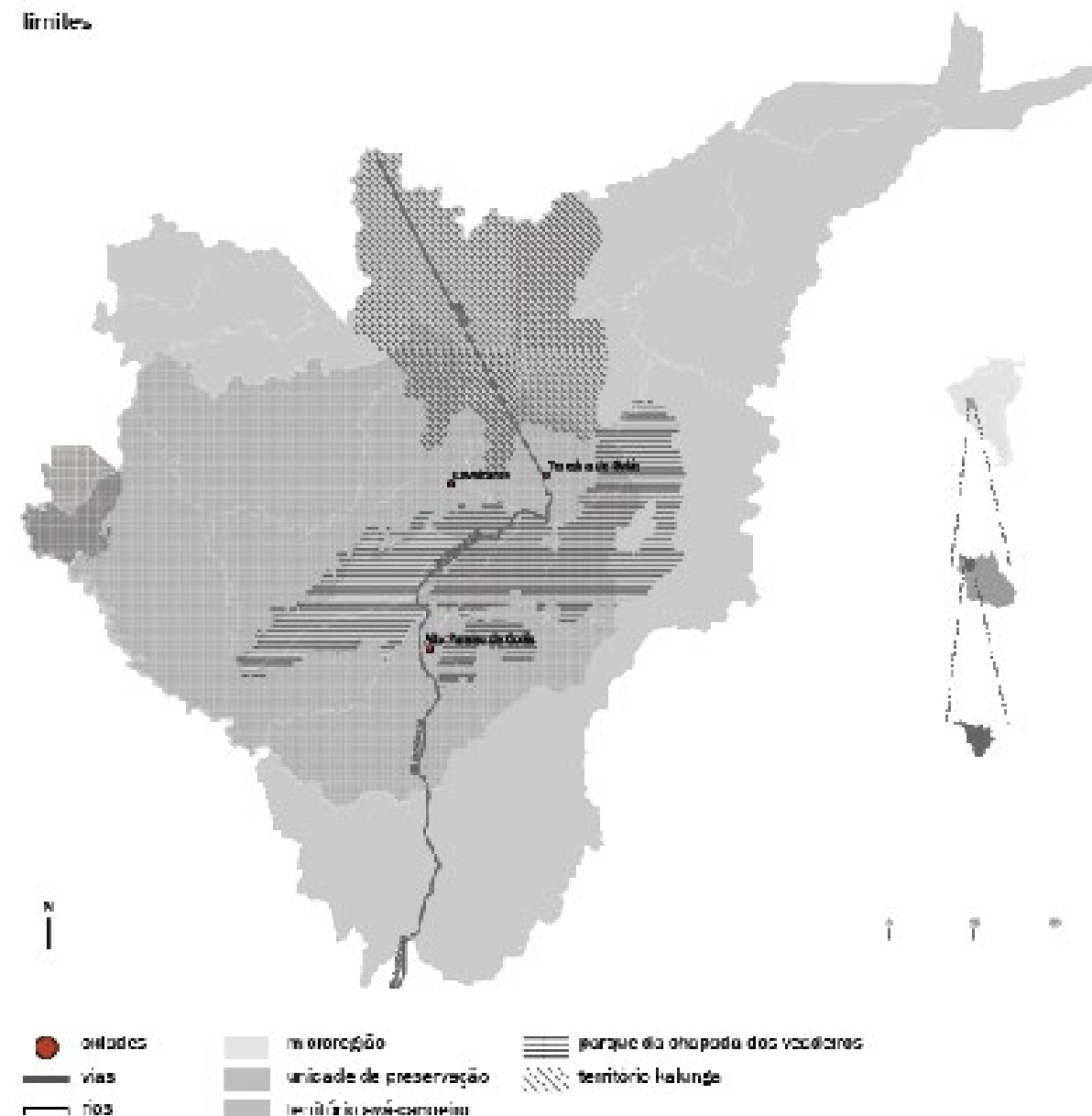
Isso evidencia que é preciso compreender o território por uma perspectiva pós-humanista, que apreende que somos parte de um todo e não distintos da natureza. Essa outra forma de habitar o território, em contraposição à lógica de exploração na qual estamos inseridos, possibilita compreender uma relação de coexistência, sendo o caminho para a sua própria manutenção. A fala da Kalunga Natália indica esse conhecimento de pertencimento: “A gente é conectado ao cerrado, conhecemos o ciclo, trabalhamos em sintonia, o cerrado é nossa mãe” (Dominga, 2022).

Conforme destacam os autores do estudo sobre cartografias sensíveis na cidade, o método da cartografia tem atravessado a maior parte das pesquisas do grupo desde 2011. Eles apontam que aquilo que chamam de “cartografia sensível na cidade” resulta da sobreposição de três planos teórico-metodológicos: a cartografia derivada da filosofia e da psicanálise; a cartografia social, vinculada à geografia; e a cartografia urbana, relacionada ao urbanismo e às artes. Esses três campos, ao se entrecruzarem, compõem a gênese metodológica mobilizada pelos autores (Rocha, et al, 2017).

Ainda, a noção de cartografia, tal como formulada por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (1980), não remete a mapas convencionais, mas a dispositivos para acessar trajetos, devires e modos de experimentar o real, como destacado no artigo publicado nesta revista. Eles reforçam que o método ganha força especialmente nas pesquisas de campo voltadas à subjetividade (como mostram Kastrup, 2007; e Kirst, Giacomel, Ribeiro, Costa & Andreoli, 2003), nas quais os princípios cartográficos servem de suporte para compor planos imanentes e identificar suas rupturas. Assim, a cartografia que buscam operar procura responder às demandas da contemporaneidade, abordando problemáticas de temporalidades recentes e tensionando territórios que se atravessam e se afetam mutuamente.

Assim, o objetivo deste trabalho é de natureza eminentemente política: visibilizar experiências e formas de vida por meio de uma cartografia que se afasta dos métodos convencionais. A investigação se constrói a partir da inserção do meu próprio corpo no território, estabelecendo laços com seus habitantes não como uma cientista que pretende oferecer soluções ou operar como mediadora de saberes, mas como alguém que reconhece e se engaja na relação que essas pessoas constroem com o lugar. Busca-se evidenciar ao leitor que existem modos de relação com o território que não são degradantes nem exploratórios, mas baseados em respeito e em processos de biointeração. Essa escolha terminológica pretende substituir a ideia de sustentabilidade,

limites.



termo frequentemente associado a uma perspectiva branca que teoriza práticas historicamente originárias dos povos tradicionais quilombolas e indígenas. A noção de biointeração, proposta por Nego Bispo, permite evidenciar práticas harmônicas de manejo do território, nas quais o uso de recursos naturais integra um circuito de manutenção coletiva da vida (Bispo dos Santos, 2007). Dessa forma, busco deslocar meu vocabulário teórico e reconhecer a legitimidade de saberes que não se apresentam revestidos das formas metodológicas hegemônicas, mas que sustentam práticas de cuidado, permanência e construção coletiva da vida no território.

Reconhecimento como forma de resistência

Para compreender as vivências Kalungas e a importância de suas perspectivas, é necessário conhecer o território da Chapada dos Veadeiros como um todo, e sua relevância.

A Chapada dos Veadeiros é uma microrregião, delimitada pelo IBGE, que se encontra no norte do Estado de Goiás, englobando algumas cidades como Alto Paraíso, Cavalcante e Teresina, entre outras. Dentro dessa microrregião, localiza-se o Parque da Chapada dos Veadeiros, criado em 1972 por Juscelino Kubitschek. Responsável por preservar uma das maiores áreas contínuas de mata nativa do cerrado, bioma considerado a savana mais rica do mundo, o Parque se situa sobre importantes bacias hidrográficas e resguarda diversas comunidades tradicionais. O cerrado possui solo

Figura 2 - Mapa dos limites da região da chapada dos Veadeiros feito a partir de dados do Sistema de coordenadas geográficas Datum SIRGAS 2000, ICMBIO, FUNAI, INEP e FIOCRUZ e onça sobre o solo. Fonte: A autora. 2021.

e clima ideais para o plantio de grãos, principalmente a soja, sendo o segundo maior produto de exportação do Brasil (ICMBIO, 2011).

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), unidade vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), desde o ano de 2000 o cerrado perdeu metade de sua vegetação nativa original. Com o novo cálculo, a área total do Cerrado passou de 2.039.776 km² para 1.984.592 km², e suas taxas de desmatamento anuais vêm aumentando progressivamente (ECOIA, 2022).

Ainda de acordo com a pesquisadora e jornalista da Folha de São Paulo, Marta Salomon, “diferentemente da Amazônia, onde a legislação ambiental admite o desmatamento de até 20% da extensão das propriedades rurais, no Cerrado esse limite varia de 65% a 80%” (Salomon, 2022). Além disso, constata-se a tentativa de ocultar seu aniquilamento, com a extinção dos registros de devastação, uma vez que:

[...] por falta de verba, o Inpe quase paralisou o monitoramento do desmatamento no Cerrado. Segundo o instituto, os sistemas de detecção do corte de vegetação por satélites só foram mantidos graças a um financiamento do Programa de Investimento Florestal (FIP), do Banco Mundial. O dinheiro disponível neste ano é suficiente para apenas seis meses de monitoramento, apurou a Piauí (Salomon, 2022).

A Chapada sofreu diferentes ações colonialistas ao longo da história, em uma contínua marcha para o oeste do Brasil, responsável por uma incessante devastação ambiental e humana. A primeira, promovida pelos bandeirantes, tinha o objetivo de desbravar terras e encontrar lugares propícios para mineração. Essa atividade prosperou naquele território de 1726 a 1950, com utilização de mão de obra escravizada e indígena. Com o fim das grandes reservas de metais preciosos, a região atraiu novamente interesses econômicos por sua riqueza em cristais e pedras preciosas. A extração aconteceu entre 1903 e 1950, alimentando a indústria internacional, e acabou perdendo força com a criação de cristais sintéticos (Ribeiro, 2020).

Em 1932, foi iniciado o plano da Inspetoria Agrícola de Goiás, feito por Raphael Nioae de Souza, Inspetor Federal da instituição, a fim de incentivar a agricultura na região, promovendo isenção de imposto e transmissão de propriedade. De acordo com Luana Ribeiro:

Pedro Ludovico, então Governador do estado de Goiás em 1937, colocou à disposição dez mil hectares de terras da Chapada dos Veadeiros para que alguma empresa pudesse desenvolver o plantio de trigo em grande escala e de forma ‘racional’. (Cidade de Goiás, 1946; Correio da Manhã, 1950,1957; Diário de Notícias, 1937 apud Ribeiro, 2020, p. 38).

Tal iniciativa aponta que o plano estatal para a região era transformá-la em um polo agrário, desconsiderando seus valores naturais. Essa lógica de racionalização do plantio prospera em larga escala na atualidade e é responsável por grande parte do desmatamento do país. De acordo com Tavares, em entrevista:

Na agricultura ocidental encontra-se uma área de floresta e derruba-se aquela floresta para cultivar um tipo de alimento e transformar radicalmente aquela paisagem, no sentido de que ela cada vez mais vai se tornar uma paisagem homogênea, uma paisagem onde a dicotomia entre o cultivado e o natural é muito clara, muito específica. A manifestação limite disso são as grandes plantações

de soja industriais atuais, por exemplo, onde há uma paisagem com uma diversidade muito baixa e uma homogeneidade muito alta. Onde você vê claramente que há uma imposição de uma racionalidade de desenho sobre aquela paisagem, pela sua própria geometria, pela sua própria cor, geralmente todas quadriculadas. Se a gente for pensar nos sistemas tradicionais ameríndios, que hoje as pessoas chamam de agroflorestas, existe uma outra concepção do design (Tavares, 2020).

Durante o Governo Vargas (1930-1945), foi defendida a interiorização da capital, que seria executada posteriormente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), período em que foi defendida a marcha desbravadora para o centro do País, fomentada por uma ideia de vazio demográfico:

Havia visto o Brasil de cima — a bordo de um avião — e pude sentir o problema em todas as suas complexas implicações. Dois terços do território nacional ainda estavam virgens da presença humana. Eram os “vazios demográficos” de que falavam os sociólogos... Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território (Kubitschek, 2000, p. 7).

Dessa maneira, a Missão Cruls (1891-1894), expedição promovida pelo presidente Floriano Peixoto, responsável por avaliar o Planalto Central e identificar o local ideal para implantar a nova capital Brasileira, produziu o mapa abaixo no qual podemos observar o registro da presença indígena na região dita como vazia

in.fes.tar - verbo transitivo
Fazer grandes estragos em (assolando ou devastando)

O registro prova o conhecimento do Estado sobre a presença humana na região, evidenciado a invasão da área ignorando a vida dos povos tradicionais. Posteriormente, em 1959, o relatório produzido pela Comissão Agrônômica de Estudo para Localização da Nova Capital propôs:

[...] estabelecimento de núcleos rurais a sul e oeste da capital e para as chapadas, devia ser construída uma rede de poços artesianos, para o aproveitamento da água subterrânea na irrigação. Isso seria acompanhado por uma modificação da ‘monótona’ paisagem das chapadas, por intermédio do florestamento de áreas de campos. (Correio da Manhã, 1954 apud Ribeiro, 2020, p.39).

Em diferentes momentos da história, podemos observar um olhar de extrativismo e consumo sobre essa região e, mesmo depois da criação do Parque Nacional, a região continuou sofrendo pressões. Com a ditadura militar (1964 a 1985), vieram as consecutivas reduções do parque, fazendo com que chegasse a ter 10% do seu tamanho original.

Em 2001, o parque foi declarado Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO e, em 2017, teve seus limites expandidos. No mesmo ano, a Chapada sofreu o maior incêndio da sua história. Em relatório, o Ministério do Meio Ambiente concluiu que o incêndio foi criminoso. Os inúmeros focos se iniciaram próximos à GO-118, principal rodovia estadual que corta a Chapada dos Veadeiros, ligando Brasília/DF a Campos Belos/GO. O fogo se espalhou rapidamente pela área da chapada.

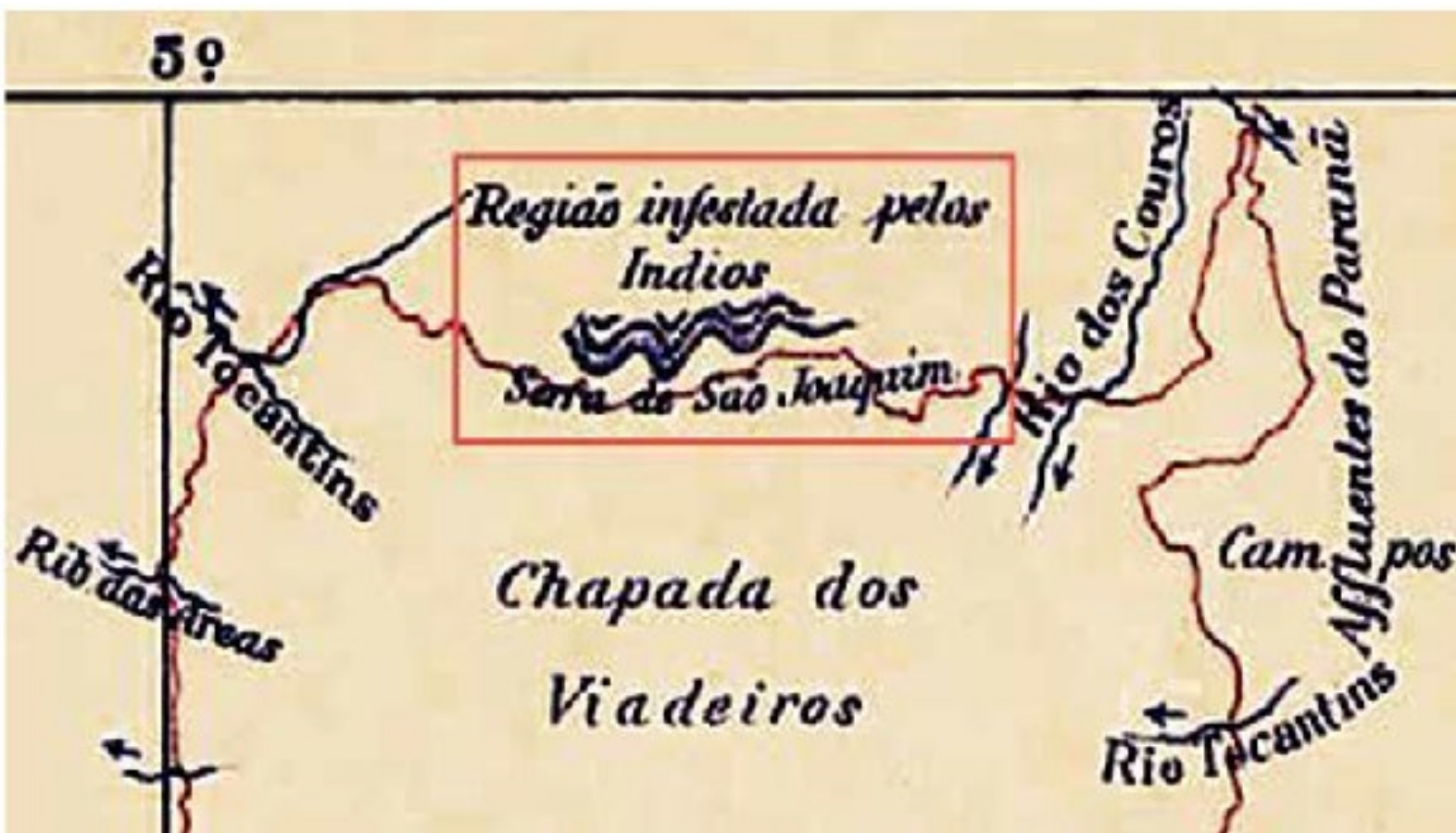


Figura 3 - Mapa mencionando de forma pejorativa povos indígenas da região da chapada. Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os incêndios são comuns na região, muitas vezes causados por fazendeiros para fazer com que o capim ou plantio nasça mais verde na próxima estação, ajudando no desenvolvimento de pastos ou plantações. As cinzas produzidas pelas queimadas deixam o solo com PH mais básico, transformando suas propriedades, já que o solo característico do cerrado é naturalmente ácido. Ademais, tal prática causa inúmeros acidentes principalmente quando o manuseio do fogo é feito de forma incorreta ou no período da seca. Além de todos os conflitos anteriormente citados, hoje a Chapada sofre mais uma ameaça de redução, devido ao projeto de Decreto Legislativo nº 338/2021, proposto pelo deputado Delegado Waldir (PSL-GO) e protocolado em agosto de 2021, que prevê a redução de até 73% da área de conservação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Correio Braziliense, 2022). As ações de pressão e conflito, aqui citadas, demonstram que a Chapada continua sofrendo constantes intervenções. Em consequência de tal perspectiva, a incessante exploração dos recursos naturais tem causado devastação e ameaçando todas as vidas que ali habitam. Como nos alerta o líder indígena Ailton Krenak:

Quando nós acabamos com nossas unidades de conservação, com os parques nacionais, com as reservas biológicas e botamos tudo isso num estoque de áreas não cultiváveis, elas ganham o sinal de menos porque elas não estão rendendo grana, e ganham um sinal de menos também porque o governo não tem o menor interesse em promover a proteção e a defesa desses territórios, dessas unidades de conservação. A política com relação a essas unidades de conservação, depois de aprovado aquele novo Código Florestal, rifou geral a mata ciliar, os topos de morro e algumas áreas de recarga onde as águas se organizam, abastecem nossos sistemas... Esses lugares estão sendo todos depredados. (Krenak, 2017, p.3)

Nos mapas a seguir, feitos a partir da sobreposição de dados governamentais como SIGAS e IBGE nos últimos anos, podemos compreender e comparar como se deram as relações dentro e fora dos limites das reservas.

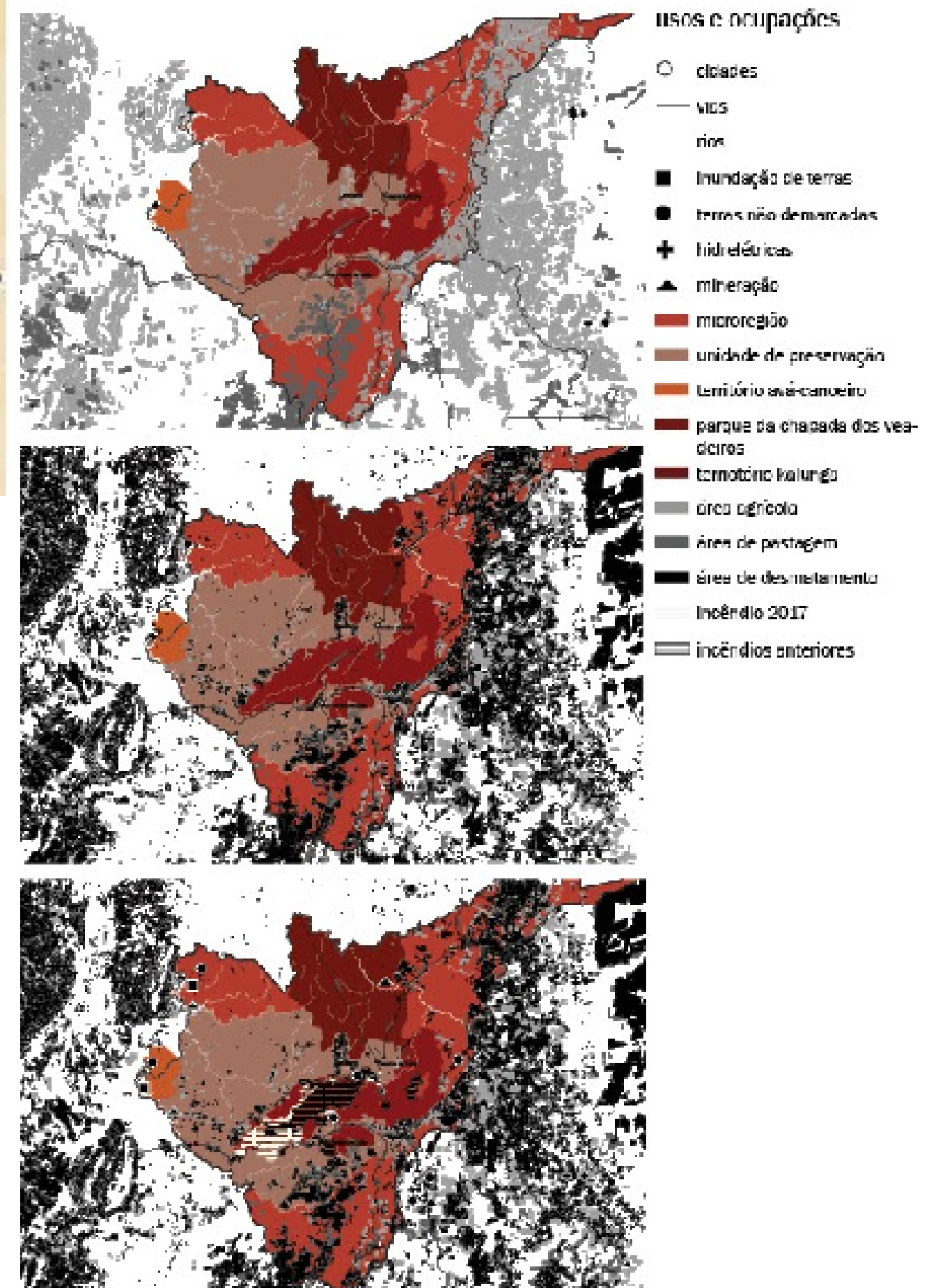


Figura 4 - Mapa mostrando as ocupações do solo. Feito com base no Sistema de coordenadas Datum SIRGAS 2000. ICMBIO, FUNAI, INEP e FIOCRUZ. Fonte: Relatório Comissão Cruls e adaptado do Guia de Cartografia História GOYAZ, p. 245.

A demarcação dessa área de preservação é de extrema importância para as comunidades, principalmente como forma de resistência.

Durante uma entrevista realizada em 2021 no território Kalunga Engenho II, questionei seu Joseli sobre a presença crescente da monocultura. Ele relatou que um de seus primos têm uma fazenda próxima a grandes plantações e, quando se iniciou o cultivo, ele não conseguiu manter seus roçados de subsistência. Um dos impactos apontados por Joseli se refere à invasão de pragas como insetos vindos das plantações de soja, nas quais os agrotóxicos são utilizados em larga escala (Maia, 2021).

Extraímos os frutos das árvores
Expropriam as árvores dos frutos
Extraímos os animais da mata
Expropriam a mata dos animais
Extraímos os peixes dos rios
Expropriam os rios dos peixes
Extraímos a brisa do vento
Expropriam o vento da brisa
Extraímos o fogo do calor
Expropriam o calor do fogo
Extraímos a vida da terra
Expropriam a terra da vida

Politeístas!
Pluristas!
Circulares!

Monoteístas!
Monistas!
Lineares!

Nego Bispo (2007)

Quilombolas

“O Brasil foi construído pelo povo africano”, como destaca Abdias do Nascimento em seu livro *O genocídio negro no Brasil* (1978). A mão de obra escravizada foi fundamental para economia, tecnologia e formação cultural do país, a despeito das perspectivas tradicionais da história, que sempre buscaram evidenciar a ação europeia, apagando e negando a participação dos negros na história desse país.

O Decreto 4.887/2003 considera, em seu art. 2º, “remanescentes de quilombo” os grupos étnicos raciais: aqueles que se identificam como tal, que possuem trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a luta e a opressão histórica sofrida. Atualmente, o Estado adota a autoatribuição como critério primordial de reconhecimento.

A autora Beatriz Nascimento (2021) considera o quilombo não apenas um marco da capacidade de resistência e organização da luta negra, mas uma forma de contestação do poder hegemônico, destacando a importância de seu simbolismo: “Durante sua trajetória, o quilombo serve de símbolo que abrange conotações de resistência étnica e política” (Nascimento, 2021, p. 167). Tendo em vista a relevância dessa forma de resistência, é notória a necessidade de se valorizar tais formas de organização e a prática.



Apesar de a Constituição de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurar aos remanescentes de quilombolas os direitos territoriais, sendo dever do Estado garantir-lhes a titulação, ainda hoje uma das maiores lutas do povo quilombola é a demarcação de terras. No Brasil, de um total de 2.715 territórios quilombolas, somente 182 (6,7%) são titulados. Os números foram revelados numa pesquisa desenvolvida na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, em Piracicaba, e foram obtidos na Fundação Cultural Palmares (FCP) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ambos do Governo Federal. Além da não-titulação de terras, essas comunidades também sofrem com negligência do Estado. No caso das comunidades Kalungas, isso se reflete na dificuldade de acesso a muitas comunidades e na ausência de mecanismos que assegurem reconhecimento de terras e direitos básicos como acesso à água.

O líder quilombola Nego Bispo (2007) defende, em seu livro “Colonização Quilombos, modos e significados”, que algumas comunidades quilombolas estabelecem outra forma de ser e estar no mundo pautada na biointeração, perspectiva que se opõe à lógica colonialista dominante. O autor evidencia a importância de defender e evidenciar territórios quilombolas que são muitas vezes ameaçados por queimadas, pela construção de ferrovias como a Transnordestina ou outras formas de opressão.

Assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia. Com isso quero afirmar que nasci e fui formado por mestras e mestres de ofício em um dos territórios da luta contra a colonização (Bispo dos Santos, 2007, p. 85).

Figura 5- Criança brincando entre a vegetação. Foto retirada durante processo de reconhecimento do território, com a câmera entregue para os membros da comunidade kalunga. Autor: Nicolas Paulino Moreira..

Kalungas

Kalunga é o nome dado ao território e à comunidade quilombola localizada no norte do Estado de Goiás, representando hoje o maior quilombo do país. A comunidade foi reconhecida em 1991 pelo Governo Estadual, sendo declarada Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga em 2000 e pela Fundação Palmares em 2014, com a entrega definitiva da primeira parcela de terras aos Kalungas. A comunidade é dividida em quatro agrupamentos principais: Ribeirão dos Bois, Vão de Almas, Vão do Moleque e Engenho Il, nos municípios de Monte Alegre, Teresina de Goiás e Cavalcante (Marinho, 2008, p. 10). Escolhi me aproximar especificamente da comunidade do Engenho Il - Cavalcante.

Os Kalungas viveram afastados dos perímetros urbanos durante muito tempo, se deslocando até as províncias apenas para vender seus produtos e comprar artigos que não eram produzidos na comunidade como roupas, sal e querosene. No ano de 1980, a antropóloga Mari Baiocchi fez um extenso estudo sobre a cultura e o povo Kalunga, contribuindo para o reconhecimento da comunidade declarada Sítio Histórico. A partir das perspectivas da autora, vamos fazer uma breve retrospectiva histórica para compreender a relação desse povo com seu território.

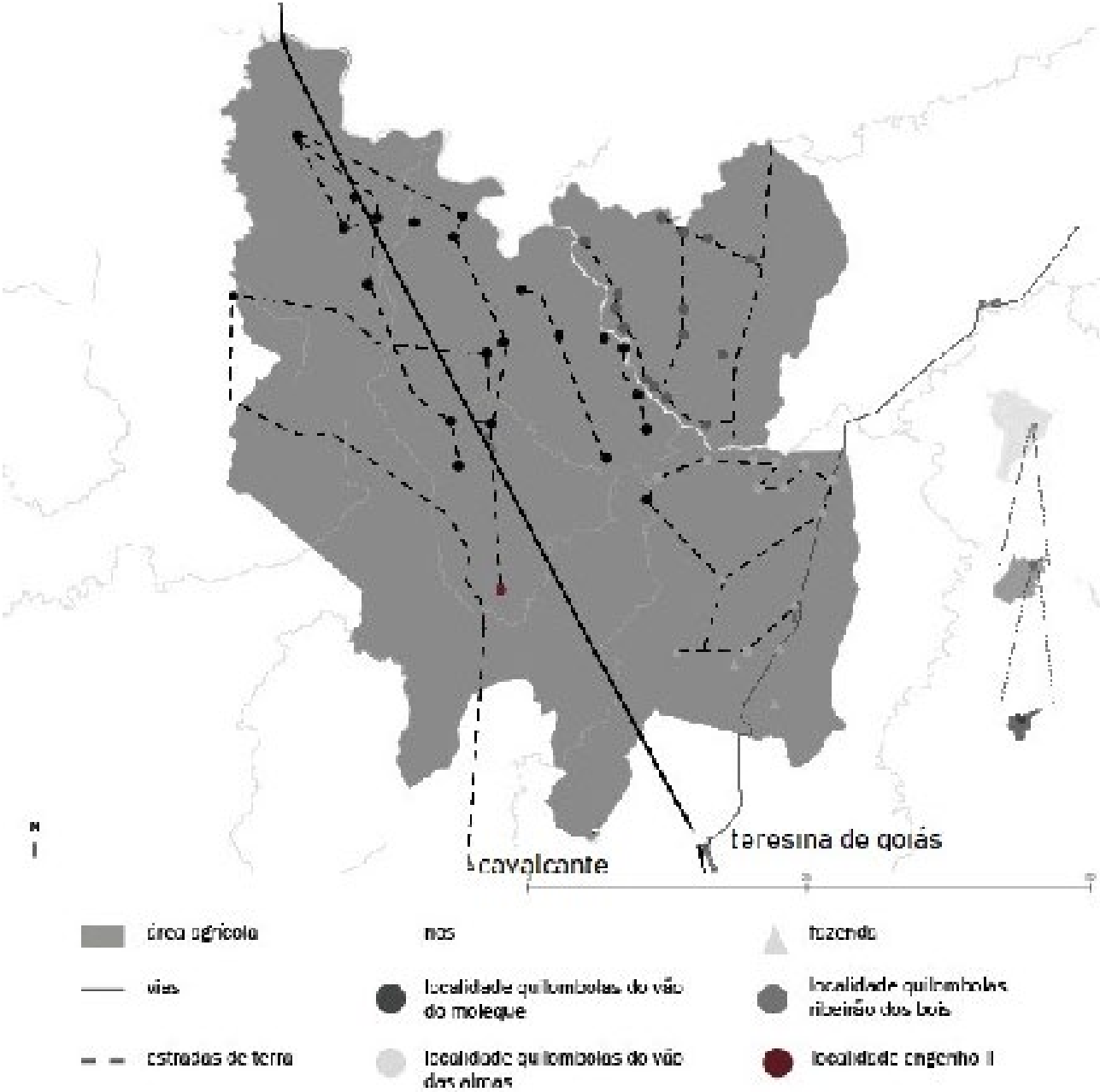
Assim como todo o Brasil, Goiás se estruturou a partir da mão de obra escrava. Chegando a responder por um terço do total de escravizados provenientes de Salvador, foi a terceira localidade que mais recebeu pessoas nessa condição de trabalho, atrás de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente (Ribeiro, 2006, p. 5). Dessa forma, o povo Kalunga está ligado à história de colonização do Estado de Goiás e, de forma geral, de todo centro-oeste. O estado foi explorado por bandeirantes que deram início à colonização com a exploração das minas de ouro e lavouras. (Moura, 1993 apud Marinho, 2008, p. 36).

No município de Cavalcante, foram descobertas minas com grande quantidade de ouro próximas ao córrego Lava Pés. Os escravizados destinados a essa região formariam, futuramente, o Quilombo Kalunga. O afastamento e a carência fizeram com que esse povo se adaptasse a sobreviver do cerrado, se alojando entre morros e vãos de Chapada, criando uma forte relação com esse território e tornando-se verdadeiros guardiões de suas riquezas.

O começo da formação do Quilombo foi marcado por encontros com povos indígenas que também ocupavam a região central do país, como os Avá-Canoeiros, Karajá, Xavantes e Kayapó, entre outros (Maia, 2022). Esse contato está presente também na fala de seu Joseli quando ele comenta sobre sua ancestralidade, ao dizer que o pai de sua avó era indígena. Hoje o território corresponde a mais de 50 comunidades ocupando cerca de 262 mil hectares, localizada em uma das áreas mais preservadas da Chapada dos Veadeiros.

Contra-cartografia Kalunga

Frente às questões expostas até aqui, cabe dizer que este trabalho busca construir uma cartografia crítica e de resistência do território quilombola Kalunga. Uma cartografia entendida como ferramenta de discussão sobre o território e como ele é vivido por seus múltiplos autores. No texto produzido sobre a cartografia sensível, os autores argumentam ainda que metodologias exatas e abordagens quantitativas aplicadas às cidades, mesmo quando partem do vivido, acabam produzindo representações territoriais ancoradas em dinâmicas de saber-poder (Rocha, et al, 2017). Em oposição,



o artigo propõe que uma experiência que se demora ao compor com a urbanidade envolve intensidades que vão além do corpo individual: trata-se de observar, insistir e perceber os lugares como organismos vivos. Cartografar, afirmam, significa habitar um território existencial; por isso, o cartógrafo é concebido como um sujeito antropofágico, no sentido elaborado por Rolnik (1989). Para tal, cabe questionar a própria noção de cartografia, aqui compreendida como uma representação subjetiva do território, assim como defende a arquiteta e urbanista Vânia Medeiros:

Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experiência ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consciência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (Deleuze; Guattari, 1995, p.22 apud Medeiros p.107, 2020).

Figura 6 - Território Kalunga, mapa mostrando as comunidades dentro do território Kalunga. Feito com base no Sistema de coordenadas Datum SIRGAS 2000. ICMBIO, FUNAI, INEP e FIOCRUZ. Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Essa definição é adotada pois, mapas convencionais não abordam a presença humana, traços culturais, sociais ou disputas de poder, além de características visuais. A intenção aqui é se opor a essas relações a partir da experimentação de uma contra-cartografia, alcançar o que Milton Santos chama de “[...] ‘quinta dimensão do espaço’: a espessura, a profundidade do acontecer, ou seja, o cotidiano que se imprime no espaço vivido” (Santos, 1993 apud Medeiros, 2018, p. 9).

Em larga medida, o mapa nunca representou território algum. O mapa produziu o território, colocando o norte por cima, a Europa no centro e a Inglaterra proporcionalmente maior do que ela realmente é. Logo, a verdadeira diferença entre novas e velhas tecnologias de mapeamento — a cartografia antes e depois do GPS — não está tanto na precisão técnica nem nos preceitos semióticos, mas no seu ritmo de uso e informação (Menotti, 2011, n.p., apud, Medeiros, 2018).

À luz de conceitos e debates mobilizados por diferentes autores de diferentes campos do saber, como do geógrafo Rogério Haesbaert, do professor Nego Bispo e mesmo dos arquitetos Paulo Tavares e Wellington Cançado, proponho a elaboração de representação gráfica que se contraponha à ortodoxia representacional, de forma a dar visibilidade às práticas em curso no contexto social, cultural, político, histórico e ambiental da região.

A partir do pensamento de Rogério Haesbaert (2009), pode-se compreender território como a relação entre três definições: malha, nós e rede. A primeira tem um sentido mais jurídico, em que “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (Haesbaert, 2009, p. 79). A segunda, por sua vez, teria um viés cultural, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, do território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”. Por fim, a última tendo um sentido mais econômico, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (Haesbaert, 2009, p. 79). Aqui, vamos adotar a compreensão de território que o entende como a integração entre essas definições.

Ainda tomando como base Haesbert, posso afirmar que a Chapada dos Veadeiros é um espaço de multiterritorialidade. Durante sua história, a relação que se sobrepôs nesse ambiente foi aquela que entende essa savana como fonte de recursos inesgotáveis, causando uma intensa transformação territorial-geográfica-ecológica-social. Ao evidenciar as vivências do povo Kalunga, pretendo estimular outra percepção em relação ao cerrado, na qual predomine o que Nego Bispo denomina biointeração e que busque a coexistência com esse território. A concepção da natureza como um ser vivo, dotado de direitos, parte de uma visão não-ocidental que, de certa forma, acaba sendo incorporada ao campo jurídico ocidental (Tavares, 2020). Além desse aspecto conceitual, Tavares destaca também o caráter pragmático dessas alianças, uma vez que são os povos que vivem em relação de cuidado com a natureza que têm protegido o mundo não-humano da destruição causada pelo desenvolvimento tecnocientífico moderno.

Para compreender as diferentes relações existentes nesse território é necessário levantar algumas questões: por que o explorador, transfigurado em diversas personagens ao longo da história, passando do bandeirante ao pecuarista, transforma a natureza de forma a devassá-la?

Essa base colonialista se reflete também naquilo que se entende por “civilidade”, que busca distanciar determinadas populações para justificar a violência e o saque de suas terras. Além disso, podemos afirmar que o modo de vida baseado no consumo e na

acumulação também influenciam esse tipo de relação do sujeito com a “natureza”.

Para além dessas perspectivas, constata-se que no Brasil não há o reconhecimento do valor de suas riquezas naturais, mesmo porque, não há muito que esperar “de um país que extinguiu de forma tão rápida a árvore que lhe nomeia”. Dessa maneira, em sua obra *O que as árvores diriam* (2022) Wellington Cançado aborda essa questão: “[...] que o brasileiro não está ligado à natureza, e é no litoral onde essa hipótese se apresenta com maior clareza, sendo possível degustar cerejas argentinas, uvas californianas e bacalhau português, mas dificilmente um peixe da própria praia. (Cançado, 2022, p.2). Além disso, o Cerrado, com sua vegetação retorcida e tons amarelados, não corresponde à imagem idealizada da floresta densa e exuberante — muitas vezes associada ao Jardim do Éden no imaginário popular. Sua beleza, marcada pela singularidade e aparente aridez, não evoca facilmente a noção de uma floresta virgem, intocada e urgentemente merecedora de proteção. Essa percepção contribui para a longa história de exploração da região, refletida inclusive na legislação ambiental vigente. Como observa Salomon (2022), essa diferença de valorização simbólica também se manifesta na legislação ambiental: enquanto a Amazônia permite o desmatamento de apenas 20% da área das propriedades rurais, no Cerrado esse percentual pode chegar a até 80%, evidenciando um tratamento desigual entre os biomas.

A partir dessas perspectivas, insere-se a importância da realização deste trabalho, no sentido de visibilizar e legitimar saberes e fazeres que mantêm uma relação intrínseca com o meio. Dessa maneira, proponho a cartografia em duas aproximações de escala: a primeira é uma cartografia da Chapada Veadeiros, que coloca em evidência as relações que se estabelecem no contexto da região. A segunda, por sua vez, será uma aproximação da comunidade Engenho II. A partir de desenhos feitos em conjunto, proponho para os meus interlocutores conversas que despertem e incluam lembranças e relatos sobre o território que possam ser incluídos nos registros. Além dos desenhos, outra documentação adotada foi o caminhar e o uso da fotografia. Ao longo do meu contato com a comunidade, percebi que, quando a câmera deixava minhas mãos e passava para as deles durante as nossas conversas, o ato de percorrer por entre as casas e trilhas ganhava uma nova dinâmica. As falas, as lembranças e as conexões com o território surgiam de forma muito mais fluida e natural, contando muito sobre as relações afetivas com aquele lugar. O material aqui presente é fruto da confluência entre dados governamentais, pesquisa histórica, saberes kalungas, entrevistas e fotografia.

A travessia

Ao retornar ao território Kalunga, em abril de 2022, tendo como destino a comunidade Engenho II, tive a oportunidade de entrar em contato novamente com seu Joseli. Levei meu trabalho impresso com mapas, fotos e textos e lhe apresentei o que tinha feito até então. Esse momento nos aproximou mais, permitindo que ele me apresentasse sua casa, sua roça e mais detalhes sobre a comunidade. Foi nessa inserção de cotidiano, durante dez dias, que pude registrar parte dos saberes aqui documentados. Nessa ocasião, pude também conhecer e trocar com outros membros do Engenho II, como Dominga Nathalia, Maria José e Joaquim Cunha, e Nicolas Paulino.

A imersão vai ser dividida em três partes: a cachoeira; a casa; e a roça, de acordo com as conversas e trocas que tive na comunidade. No primeiro dia, Joseli estava acompanhado de dois rapazes da comunidade que faziam estágio de guia. Durante a caminhada, nossas conversas eram muito mais fluidas e ricas. Seu Joseli contou muito sobre sua experiência de guia, como fazia para memorizar as trilhas por meio das características da paisagem, enfatizando que certas características eram efêmeras e

Figura 7 – Território do Engenho II. Mapa ilustrando as edificações, ruas e relações internas da comunidade. Elaborado com base no sistema de coordenadas Datum SIRGAS 2000, utilizando dados do ICMBio, FUNAI, INEP e Fiocruz, além de anotações feitas in loco. A representação foi colorida digitalmente e manualmente com o uso de pigmentos da terra local. 1. Fonte: Elaborado pela autora, 2021



que o período de chuva tinha alterado muito aquele lugar. Como um sábio professor, ensinou muito sobre as plantas medicinais e comestíveis. A oportunidade de participar dessa trilha com estagiários me permitiu presenciar aqueles saberes sendo passados para outras gerações.

Seu Joseli se interessava muito no meu registro sobre seus conhecimentos, fazendo questão de mostrar as plantas e escolher a mais isolada e a ideal para foto; propôs alguns registros da paisagem que chamavam sua atenção, além de também tirar algumas fotografias. Nessa mesma trilha, Joseli nos levou até um antigo muro de pedra construído por parentes escravizados. Contou que esse tipo de construção era comum devido à presença das rochas na região.

Ao propor a participação de Joseli e Nathalia na elaboração do mapa, percebi uma rejeição. Para eles, o desenho não fazia muito sentido, uma vez que sua tradição oral tinha muito mais valor. Isso porque, o desenho técnico de arquitetura é uma abstração que, por vezes, acaba se sobrepondo às vivências do espaço e os saberes populares. Assim, o desenho, ao reforçar a separação entre o “pensar” e o “fazer”, ou entre as ações “intelectuais” e “manuais”, ou entre “cérebro” e corpo, acaba por privilegiar o ato intelectual, diminuindo a importância dos saberes que estão muito mais relacionados ao próprio corpo. Os relatos ligados ao caminhar e vivenciar o espaço eram sempre mais produtivos do que uma contínua elaboração de perguntas ou a proposta de desenho. Percebi na fotografia e no registro da oralidade uma oportunidade maior de elaborar uma construção coletiva.

Ao retornar para a comunidade no mesmo dia, registrei as edificações feitas ali. Destaca-se a mistura de materialidades disponíveis no local e externas, e a adaptação dos métodos construtivos tradicionais às necessidades contemporâneas. No jantar,

Joseli me levou para conhecer Maria José, uma moradora da comunidade que estava iniciando seu próprio restaurante. Seu Joseli tinha acabado de construir, com outros moradores, a cobertura de palha do restaurante dela e pôde me detalhar o processo construtivo, que fiz questão de registrar.

A irmã e vizinha de Maria José também estava fazendo uma obra. No caso dela, reconstruindo sua pizzaria que havia pegado fogo antes da minha chegada. Segundo ela, o incêndio foi causado por uma brasa do forno a lenha que atingiu o telhado de palha. Continuei frequentando o restaurante durante toda minha estadia e pude acompanhar a construção e o processo de secagem e assentamento dos tijolos de adobe.

Maria me contou que a terra da comunidade é muito propícia para o adobe e me descreveu o processo de fabricação dos tijolos. Contou que foi preciso cavar e descartar os primeiros quarenta centímetros de terra superficial, adicionar água à parte mais profunda, até ficar em uma consistência pastosa e espessa, posteriormente colocar a mistura nas fôrmas de madeira, desenformar e deixar os tijolos secarem. Além de detalhar esse processo, a cozinheira de mão cheia também me contou que o piso externo de terra batida era feito com terra de cupinzeiro e que as madeiras de sua terça eram cortadas ainda verdes, além de outros detalhes da construção dos restaurantes. A seguir, alguns desenhos que fazem parte da documentação desses processos construtivos.

A maioria das casas da comunidade conta com pomares em seus quintais, ricos em árvores típicas do cerrado, como o baru. Além do pomar, é comum notar a presença de hortas com temperos e hortaliças nos fundos e na frente das construções e de plantas ornamentais como a Espada de São Jorge. Além dos cultivos, pode-se encontrar criações de galinhas e porcos, que, muitas vezes, ficam soltos pela comunidade.

O corte a seguir é da casa de Dona Preta, companheira de seu Joseli e exemplifica essa relação. Seu Joseli me apresentou a casa fazendo questão de destacar a baunilha do cerrado que crescia no quintal. A casa de Dona Preta é metade de alvenaria, construída pelo governo, e metade feita de adobe em uma aplicação mais recente. Há também uma varanda feita com madeira local e telha de fibrocimento. O galinheiro, feito por Joseli, abriga as galinhas em um pequeno rancho de madeira e palha. Os telhados de palha são construções comuns da região podem ser feitos de palmeiras típicas da região como indaiá, buriti ou pindoba, muitas vezes cultivadas pelos moradores e trançadas de diferentes formas.

Seu Joseli também me levou para conhecer sua roça. Ele explicou que muitas famílias plantam juntas ou próximas, e que qualquer morador da comunidade pode cultivar. Dentro do território, a maioria dos roçados fica na estrada para a cachoeira Candaru ou na estrada para o Vão do Moleque. Nathalia, moradora do quilombo, conta que a criação de animais e as áreas de cultivo são alternadas de acordo com a época. Durante o período de plantio, por exemplo, o gado fica em sua maioria isolado acima da cachoeira Santa Bárbara. Joseli explicou a dinâmica de plantio que funciona de acordo com a época do ano, o período da lua, a espécie a ser plantada e as características do cerrado. Pode-se notar que a área onde as famílias plantam não tem nenhuma limitação física entre uma plantação de uma família e de outra. A única característica que as diferencia é a presença de um rancho em cada uma. As plantações são feitas em pequenas roças, geralmente menores que 1 hectare. Predomina a agricultura de subsistência e as áreas cultivadas são usadas por até quatro anos. Após esse período, eles deixam a terra “descansar” por dez anos. Muitas famílias vendem seus cultivos, em feiras nas cidades. Seu Joseli planta várias espécies no mesmo espaço. Na área

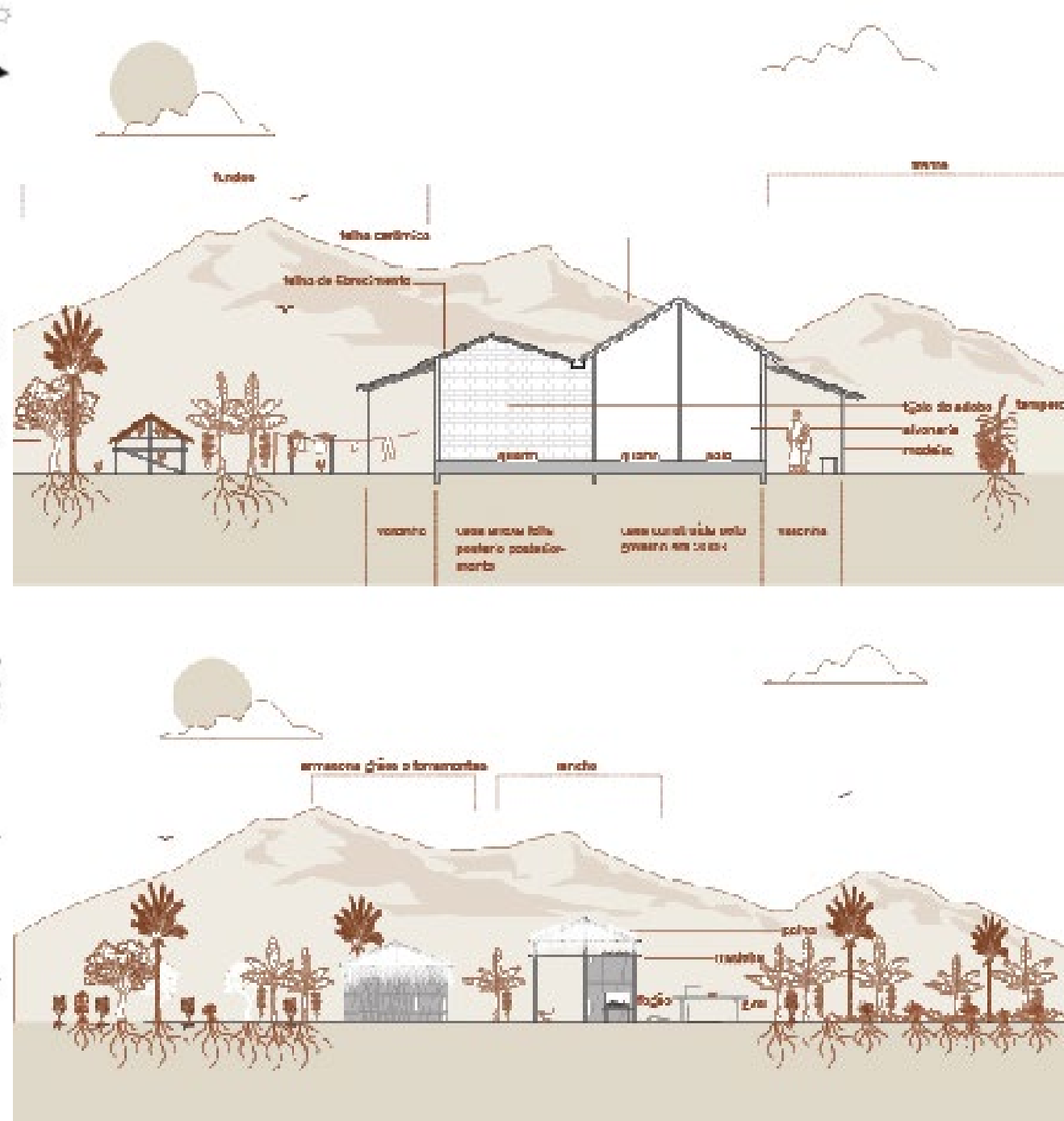


Figura 9 – Corte esquemático da casa de Dona Preta. Fonte: A autora, 2021.

Figura 8 – Montagem feita com fotos e diagramas mostrando os processos construtivos da comunidade engenho de dentro. Fonte: A autora, 2021.

onde foi plantado milho na estação passada, as espigas remanescentes são quebradas no pé para secar e virar ração dos animais. Junto ao milho havia vários tipos de feijão: mandioca, banana, palmeiras, mamão etc. Joseli me mostrou a plantação de arroz e o local onde guardava os sacos de arroz. Comentou que planta a quantidade certa para sua família comer durante todo o ano e falou que, caso o cultivo exceda, ele dá para alguém da comunidade que precise. No rancho da sua plantação alimentou seus gatinhos que ficavam próximos à casa de “estoque”, recolheu milho, me ofereceu e aconselhou a pedir que Maria José fizesse um bolo das espigas.

Durante minha estadia, conversei também com Dominga Nathalia, dona da casa onde fiquei. Dominga faz parte da associação das Comunidades Kalungas e da associação do Engenho II. Comentou que a principal demanda do território Kalunga como um todo é a regularização fundiária. Além disso, falou sobre as condições das estradas que geram dificuldade de acesso em algumas comunidades, sobre a falta de acesso à saúde e a precariedade das moradias. Relata que em outras comunidades, o inseto barbeiro, causador da doença de chagas, se prolifera no adobe. Nathalia também destacou que a comunidade com mais acesso a água é a do Engenho II, pois eles fizeram o trabalho de encanar a água, graças aos recursos provenientes do turismo.

Apesar das queixas, Nathalia comentou que tem muito orgulho da paz do território Kalunga e do privilégio de morar em um paraíso. Observou, ainda, que poucos querem sair da comunidade e que os que saem de lá para estudar, acabam retornando. Tal relato revela também aspectos de sua relação com o território, destacando conhecimentos e saberes sobre a terra e afirmando que estes são passados de geração em geração, há mais de 300 anos. Falou ainda sobre oralidade e o valor do “papel” no sistema capitalista: “Por que existe a dificuldade de aceitar que nós somos donos dessa terra? Porque não tem um papel, mas tem muros de pedra, cemitério, não tem as moradias antigas, pois muitas eram de madeira e palha.”

Quando apresentei a minha base de cartografia do Engenho II para Nathalia, ela me ajudou a destacar no desenho alguns marcos e lugares de relevância para a comunidade, sendo uma das poucas participantes que desenhou no mapa. Joseli, por sua vez, rejeitou o papel, mas sempre fazia questão de auxiliar nos meus registros, afirmando: “anota aí no seu mapa que minha roça está no caminho do Vão do Moleque”. Além do desenho do mapa, Nathalia também me ajudou a desenhar uma planta genérica de como costumam ser as casas no engenho, destacando, por exemplo, que antigamente, quando os telhados eram de palha, as cozinhas com fogão a lenha ficavam dentro das casas, pois a fumaça ajudava a afastar os insetos da palha.

Nathalia me indicou o guia Joaquim da Cunha para me levar para conhecer algumas casas. Durante nossa conversa, caminhamos pelo núcleo da comunidade. Joaquim, que é natural da comunidade Kalunga do Vão das Almas, contou um pouco de sua história e afirmou ser um construtor, mostrando as casas mais tradicionais kalungas feitas de madeira e palha (figura 8). Além disso, falou sobre os diferentes tipos de palha e comentou que o uso do adobe ser posterior ao da madeira.

Me levou até a loja de produtos Kalungas e fez questão de apresentar um instrumento feito na comunidade do Vão das Almas (figura 10) composto por com diferentes tipos de madeiras de árvores do cerrado como quindumba, buriti e sabaia. Sua parte côncava era feita de cabaça e o instrumento todo colado com a seiva de uma orquídea da região chamada sambaré.

Durante minha estadia também conheci Nicolas, jovem de 12 anos, filho de Natália, que estava na mesma casa em que me hospedei. Conversamos sobre a comunidade durante uma caminhada, em que ele fez as fotos assim como Joseli e Joaquin.

A partir da cartografia crítica construída neste trabalho, foi possível compreender como as vivências e práticas dos Kalungas na Chapada dos Veadeiros constituem estratégias concretas de preservação do Cerrado, em oposição à lógica extrativista que historicamente marca este território. Ao evidenciar saberes locais, métodos de cultivo sustentáveis, formas de ocupação do solo e modos de coexistência com o ambiente, o estudo mostra que a preservação do território Kalunga é realizada pelos próprios quilombolas por meio de práticas cotidianas que mantêm o equilíbrio entre uso e conservação. Essa relação de cuidado reforça a importância do reconhecimento e da titulação dos territórios quilombolas como parte fundamental das políticas de preservação ambiental no Brasil, garantindo que os modos de vida que protegem o Cerrado tenham condições de continuidade frente às pressões do avanço do agronegócio e da especulação fundiária. Quando olhamos para a Chapada e para o cerrado como um todo nos últimos anos, compreendemos a necessidade de preservar e reconhecer que a “monótona paisagem” – como chamou o relatório produzido pela Comissão Agrônômica de Estudo para Localização da Nova Capital – como fonte de vida e não de recursos. É preciso tocar esse solo com mãos de Kalunga, mãos que há mais de 300 anos plantam e preservam essa savana, os verdadeiros donos dessas terras.

Nesse sentido, os resultados apresentados sugerem a necessidade de reconsiderar a centralidade do método científico convencional como única via legítima de produção de conhecimento. A pesquisa indica que outras formas de inserção no campo — especialmente aquelas fundamentadas em processos de escuta e em relações não hierárquicas — podem revelar dimensões socioterritoriais que permanecem invisibilizadas por abordagens distanciadas.

No contexto das comunidades Kalunga, essa escuta atenta demonstra que intervenções arquitetônicas podem (e devem) dialogar com os saberes locais, de modo a fortalecer identidades territoriais e contribuir para estratégias de preservação ambiental e valorização de modos de vida. A tensão entre programas habitacionais padronizados, como o *Minha Casa, Minha Vida*, e as adaptações construtivas desenvolvidas pelos próprios moradores ao longo do tempo evidencia essa questão.

Tomado como exemplo, é possível imaginar outras possibilidades caso tais políticas públicas tivessem reconhecido as arquiteturas locais como potências. A adoção de soluções construtivas que emergem da própria comunidade, como coberturas de palha de buriti, adequadas ao clima quente e com alta circulação de vento, revela maior eficiência ambiental e conforto térmico do que materiais padronizados, como a telha



de microcimento, que esquentas as casas. Outro exemplo possível é a associação da técnica do adobe junto com vigas baldrame e chapisco a meia altura, prolongando a durabilidade dos fechamentos. Soluções comuns no território e registradas pelo Joaquim durante nossas caminhadas.

Propõe-se, assim, uma reflexão sobre as possíveis interações com o cerrado e que futuros projetos arquitetônicos e urbanísticos em territórios tradicionais considerem metodologias colaborativas e tecnologias sociais já existentes, permitindo a construção coletiva de habitações alinhadas às demandas contemporâneas sem romper com a inteligência ambiental e cultural que sustenta essas formas de viver. Essa perspectiva reafirma a importância de metodologias sensíveis e de um compromisso ético com a escuta, fundamentais para a produção de arquiteturas que respeitem, fortaleçam e dialoguem com os territórios e suas comunidades.

Apenas mãos que cuidam são capazes de curar o solo infestado.

Referências

ARANTES, Muryel Moraes; ALMEIDA, Maria Geralda de. O saber fazer do povo Kalunga na conservação da biodiversidade do Cerrado em Goiás. *Revista Élisée* - Revista de Geografia da UEG, v. 1, n. 2. Goiânia, 2012.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Kalunga Povo da Terra. 3. ed. Goiânia: Editora UFG, 2006. CANÇADO, Wellington. O que diriam as árvores? *PISEAGRAMA*, n. 11. Belo Horizonte, 2017.

Figura 10 – Mão mostrando instrumento musical confeccionado com matérias locais. Elaborado pela autora, 2021

COSTA, Francisco. Desmatamento em território Kalunga é feito por empresa de mineração. *Mais Goiás*, Goiânia, jun. 2020. Disponível em: < <https://www.maisgoias.com.br/desmatamento-em-territorio-kalunga-e-feito-por-empresa-de-mineracao/>>. Acesso em: 01 jan. 2022.

HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana Tramontani. O mito da desterritorialização econômica. *Revista GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v.6, n.12, p.25-48, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, 2010. INEP. Incremento anual de áreas de vegetação nativa suprimida, 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/nota-tecnica-prodes-cerrado-2021>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

KRENAK, Ailton. Entrevista. In: ALTBURG, Ana; MENEGUETI, Mariana; KOZLOWSKI, Gabriel. *8 reações para depois*. Rio de Janeiro: Riobooks, 2017.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LOURAU, René. *A análise institucional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARINHO, Thais Alves. *Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Goiás. 2008.

MORIYAMA, Victor. Chapada dos Veadeiros - antes e depois do maior incêndio de sua história. *National Geographic*, Abr. 2018. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/04/parque-nacional-chapada-dos-veadeiros-incendio-florestal-cerrado>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. São Paulo: Zahar, 2021.

QUILOMBO Kalunga é 1º território no Brasil conservado pela comunidade. blog Direitos Humanos, mar. 2021. Disponível em: <https://fundacaoverde.org.br/pages/cidadesustentavel/2021/03/03/quilombo-kalunga-e-1o-territorio-no-brasil-conservado-pela-comunidade/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

RIBEIRO, Alexandre V. E lá se vão para as minas: perfil de comércio de escravos despachados da Bahia para as gerais na segunda metade do século XVIII. In.: *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*, 2006. Disponível em: <https://ideas.repec.org/h/cdp/diam06/004.html>. Acesso em: 09 jan. 2022.

RIBEIRO, Luanna de Souza. 2020. História do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: da sua criação à sua [re]ampliação em 2017. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ROCHA, Eduardo; MESQUITA CLASEN, Carolina.; DI FELICE, Emanuela; MAIA RESENDE, Lorena; PAVAN DETONI, Luana; DOS SANTOS PONS, Antonella; DE BÁRBARA HYPOLITO, Bárbara.; MAGALHÃES FALCÃO, Carolina.; SOUTO

ALLEMAND, Débora; SANZ ENCARNÇÃO, Fabrício; TOMIELLO, Fernanda; ESCUDERO, Haydée Beatriz; DIEZ TETAMANTI, Juan Manuel; BARROS DE PINHO, Rafaela; CORREA VIEIRA DA SILVA, Talita. Cartografias sensíveis na cidade: Experiência e resistência no espaço público da região sul do RS. *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, v. 1, n. 3, 20 dez. 2017.

SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização Quilombos, Modos e Significados*. Editora COMEPI, Teresina/PI, 2007.

SANTOS, Jessica. Após cinco dias, incêndio que atingiu território Kalunga em Monte Alegre é controlado. *Mais Goiás*: Goiânia, set. 2019. Disponível em <<https://www.maisgoias.com.br/apos-cinco-dias-incendio-que-atingiu-territorio-kalunga-em-monte-alegre-e-controlado/>>. Acesso em: 01 jan. 2022.

SALOMON, Marta. Metade do cerrado sumiu. *Folha de São Paulo*, São Paulo jan. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/mais-da-metade-do-cerrado-sumiu/>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

TAVARES, Paulo. Nas Ruínas da Floresta. In: VISCONTI, Jacopo Crivelli (Org.). *Primeiros ensaios: publicação educativa da 34ª Bienal de São Paulo*. São Paulo: Bienal de São Paulo, 2020.

TAVARES, Paulo. *Entrevista com o pesquisador Paulo Tavares realizada para publicação educativa da 34ª Bienal*. 2020. Disponível em: <http://bienal.org.br/post/7916>. Acesso em: 05 jan. 2022.